

URBANISMO E LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de dezembro de 2018, às 9h00m, foi realizada a 53ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU, na Rua São Bento, 405, Auditório do 15º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do dia: 1) Informes Gerais; 2) Monitoramento do PDE; 3) Funcionalidades do GEOSAMPA; 4) Apresentação do relatório anual de implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade; 5) Composição da Comissão Eleitoral para a eleição da Sociedade Civil do CMPU. CONSELHEIROS PRESENTES DO CMPU: Heloisa M. Salles Penteado Proença (Presidente); ÓRGÃOS MUNICIPAIS: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - SMUL: Rosane Cristina Gomes (Titular 2); He Nem Kim Seo (Suplente 2); Ana Maria Gambier Campos (Titular 3); Rita de Cássia Ogera (Suplente 3); SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL -SGM: Caren Vanessa Diniz (Suplente); SECRETARIA DA FAZENDA - SF: Carlos Eduardo Schad (Titular); SERETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS -SMSUB: Matilde da Costa (Titular); SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC: Giulia Pereira Patitucci (Suplente); SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB: Zoraide Amarante Itapura de Miranda (Titular); Guilherme Filocomo (Suplente); SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB: Dirce Carregã Balzan (Suplente); SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA: Rosélia Mikie Ikeda (Suplente); SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC: Mariana de Souza Rolim (Suplente); SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT: Tatiana Gomes Lopes (Suplente); COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB: Sinésio Aparecido da Silva (Titular); SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO NORTE 2: Lucia Maria Bitancourt Martins Campos (Titular); MACRORREGIÃO CENTRO: Diogo do Carmo Borges (Titular); Reginaldo José Fazzion (Suplente); SOCIEDADE CIVIL: CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO OESTE: Maurício Ramos (Suplente); MACRORREGIÃO CENTRO: Gabriela Rostey Gonçalves (Titular); Alberto Milani Júnior (Suplente); MACRORREGIÃO SUL 1: Roque Pereira Moraes (Titular); MOVIMENTOS DE MORADIA: Evaniza Lopes Rodrigues (Titular 1); Vera Lúcia Dias Padilha (Titular 4); ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS: Iara Biscegli Jatene (Titular 3); Lucila Falcão Pessoa Lacreta (Suplente 3); SETOR EMPRESARIAL: Daniela Ferrari Toscano de Brito (Suplente 2); Roberto de Castro Mello (Titular 3); Andy Alexandre Gruber (Suplente 4); ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS -ONGs: Henrique Botelho Frota (Suplente); ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL: Celso Aparecido Sampaio (Titular); CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH: Maria Aparecida Pontes ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS: SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE: Márcia Renata Itani (Suplente). 01) A Presidente do CMPU, Sra. Heloisa M. Salles Penteado Proença, iniciou a reunião às 10h03min, empossou o Conselheiro Suplente da SEHAB, Sr. Guilherme Filocomo, indicado pela Portaria Pref. 994/2018 de 04 de dezembro de 2018; em seguida, deu ciência do relatório do 1º semestre de 2018 do FUNDURB. 02) Na sequência, a Conselheira Titular dos Movimentos de Moradia, Sra. Evaniza Lopes Rodrigues, indagou a respeito

10

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16 17

18

19 20

21

22 23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

1 —

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

AA



23.

to

Página 1 de 22



da alteração da estruturação da SMUL. Em resposta, a presidência informou que o tema será abordado no final da reunião. 03) Por fim, em continuidade aos informes, a presidência deu ciência das datas previstas para a realização das Reuniões Ordinárias do CMPU de 2019. 04) A respeito do relatório semestral do FUNDURB, a Conselheira Titular da Macrorregião Norte 2, Sra. Lucila Maria Bitancourt Martins Campos, informou que o relatório apresenta somente as receitas e indagou se não haverá apresentação das aplicações dos recursos. Em resposta, a Secretária Executiva do CMPU, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, informou que as receitas serão apresentadas no relatório do segundo semestre de 2018, quando constarão as informações anuais; destacou que, apesar da execução estar relativamente baixa, todas as informações com as prestações de contas podem ser observadas no endereço eletrônico do FUNDURB. Em réplica, a Conselheira Sra. Lucila Maria Bitancourt Martins Campos indagou quando será apresentado o próximo relatório. Em resposta, a Secretária Executiva informou que provavelmente será na próxima reunião do CMPU de fevereiro de 2019. 05) Encerrado o primeiro item de pauta, a Presidência passou a palavra para a Coordenadora de Planejamento Urbano – PLANURBE da SMUL, Sra. Ana Maria Gambier Campos, quem conduziu a apresentação do Monitoramento e Avaliação da Implementação do PDE, trazendo o relato das atividades do Monitoramento e Avaliação do Plano Diretor Estratégico – PDE de 2018; iniciou destacando que o PDE prevê em seus artigos 358 e 359 a publicação regular dos indicadores de monitoramento e avaliação das políticas públicas previstas pelo Plano; considerou que o objeto da ação descrita consiste em acompanhar a implantação do PDE, fornecer subsídios aos gestores públicos e à sociedade civil para a tomada de decisões, subsidiar a revisão periódica do PDE e o aprimoramento dos instrumentos urbanísticos/ambientais e fortalecer a cultura de sistematização e disponibilização de dados, este último que considerou não trivial perante a necessidade de desenvolver tal cultura frente a dimensão da cidade de São Paulo; em seguida, apresentou as dimensões do Sistema de Monitoramento do PDE, como a diversidade e complexidade de temas que aborda, referente as diferentes dimensões de desempenho das políticas públicas presentes no PDE, a multiplicidade de órgãos envolvidos, a necessidade de observação e registro regular, de modo sistemático, das atividades, inclusive o processo contínuo de acúmulo de informações do projeto, os objetivos e parâmetros tanto específicos, como gerais, dados pelo PDE, o trabalho da coordenação e gestão do sistema de monitoramento realizado pela SMUL em conjunto a atividade do Comitê Intersecretarial de Monitoramento e Avaliação da Implementação – CIMPDE, composto por diversas entidades públicas e membros da sociedade civil, com o intuito de promover a transparência e a instância de controle social; na sequencia, retomou os trabalhos iniciados quando PLANURBE assumiu a responsabilidade pelo monitoramento em 2017, com a analise dos conteúdos publicados na plataforma e suas condições tecnológicas, incluindo suas funcionalidades e condições de navegação e os conflitos; após, foi criada uma agenda de reuniões com as diversas secretarias para pactuar as diretrizes para monitoramento do PDE, sendo observado grande desconhecimento a respeito da Plataforma e a necessidade de pactuar as diretrizes para o monitoramento do PDE; em relação ao ano de 2018, continuaram as reuniões de alinhamento de informações, onde se concentrou o

A

Hur

1

X

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100

3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Págir

Página 2 de 22

860 - 24°

45

46

47

48

49

50

51 52

53

54

55

56

57 58

59

60

61

62

63

64 65

66

67

68

69

70

71 72

73 74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

By t

5



trabalho da equipe, além da revisão da plataforma através de um consultor da UNESCO, junto a assessoria de informática da própria Secretaria, possibilitando a inclusão da funcionalidade "Como Usar", o saneamento de problemas e conflitos na navegação e a constituição de uma navegação mais ágil e fluída, além da inclusão de novas ferramentas e funcionalidades, ainda sendo necessário a realização de grande volume de trabalho de aperfeiçoamento; no mesmo ano, foi realizado um aprofundamento da avaliação dos indicadores de cada instrumento urbanísticoambiental, no que tange a contextualização dos instrumentos, da avaliação da pertinência de cada indicador para medir e aferir o desempenho do instrumento, quais leituras permitem ser realizadas com os dados disponíveis em cada indicador e a proposta de novos indicadores; destacou que em 2018 foi incluída a frente de monitoramento das ações Prioritárias dos Sistemas Urbanos e Ambientais, referente aos mapas 6, 7, 8 e 9 e quadros 7, 8 e 10 do PDE, frente a disponibilização de informações que permitem acompanhá-la, além do desenvolvimento de novos bancos de dados referentes aos projetos de edificações aprovados pelos Licenciamento (EETU e ZEIS); foram incluídos novos indicadores suportados pelos novos bancos de dados, referente a edificações, bens tombados, parques e cota de solidariedade, tendo em vista a ausência de bancos de dados sistematizados para constituição de indicadores para monitoramento, demandando um longo trabalho realizado pela equipe, além do inicio do mesmo trabalho em relação as ZEIS; em relação aos próximos passos, está prevista a continuidade da atualização periódica dos conteúdos na Plataforma, especialmente em relação a frente dos Instrumentos de Política Urbana e Ambiental e das Ações Prioritárias, para dar abertura a uma terceira frente, referente ao monitoramento dos objetivos do PDE, além de ampliar a revisão dos recursos tecnológicos da Plataforma e estabelecer um Plano de Divulgação e Difusão da Plataforma, especialmente para a sociedade civil; como avanços, considerou a realização de reuniões de alinhamento de informações e discussão sobre os bancos de dados interdepartamentais de SMUL e com todas secretarias e órgãos envolvidos -CIMPDE, a atualização e qualificação de bancos de dados e criação de novos para instrumentos urbanísticos e ambientais, a abertura da nova frente com o monitoramento de ações prioritárias e avanço significativo no desenvolvimento tecnológico da Plataforma, referente as correções de erros de processamento de dados, ajustes nas configurações e melhoria na apresentação de gráficos; por outro lado, em relação as dificuldades, destacou a falta de resposta de algumas secretarias e órgãos setoriais às atividades acertadas em reuniões, a demora no atendimento de demandas de bancos de dados, a dificuldade para pactuar a periodicidade de atualização dos bancos de dados ou manter a periodicidade combinada, a resistência de algumas secretarias e órgãos em disponibilizar os bancos de dados relativos aos instrumentos urbanístico-ambientais, pelos quais são responsáveis e a dificuldade de obter dados que revelem os reais impactos da aplicação dos instrumentos em relação aos seus objetivos. 06) Encerrada a apresentação, foi aberto o debate com o plenário, iniciando com a fala da Conselheira Titular dos Movimentos de Moradia, Sra. Evaniza Lopes Rodrigues, que, passados cinco anos da aprovação do PDE, a partir dos dados disponíveis, sugeriu a realização dentro do CMPU um ciclo de avaliação da eficácia dos

/

89

90 91

92

93 94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108 109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124 125

126

127

128

129

130 131

132

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC
Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100
3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 3 de 22

W ES

At 800

#B()



instrumentos do PDE, isto é, se a aplicação dos instrumentos tem atingindo os objetivos e o projeto de cidade colocado pelo PDE, tendo em vista que já há alguns elementos que permitem realizar algum tipo de analise, além do CMPU ser o lugar ideal para fazer a avaliação. Após a fala, a Presidência prontamente afirmou acolher a contribuição que será anotada a melhor forma de realizar a discussão proposta. 07) Em seguida, a Conselheira Suplente do Setor Empresarial, Sra. Daniela Ferrari Toscano de Brito, indagou sobre a possibilidade de disponibilizar dados relativos aos instrumentos de mercado, como metro quadrado de projeto aprovado e licenciado, o que foi efetivamente lançado, o que tem vacância, a aplicação dos novos instrumentos, como fachada ativa, tipo de projeto lançado, se se trata de projeto edificado, alugado ou ocupado, a fim de verificar se efetivamente os instrumentos se aplicaram; considerou que os sindicatos podem contribuir para a analise como o SINDUSCON e SECOVI. Em resposta, a presidência considerou pertinente a contribuição, frente terem passados cinco anos da aprovação do PDE, sendo grande parte dos projetos analisados referentes a lei anterior, tornando necessário verificar os projetos que podem ser avaliados. 08) Na sequencia, o Conselheiro da Macrorregião Oeste, Sr. Fernando Salles, considerou a possibilidade de não ter compreendido a apresentação e indagou sobre que revisão do PDE será feita, se será dos mapas e como será realizada. 09) A respeito das contribuições, a Sra. Ana Maria Gambier comentou que a Conselheira Sra. Evaniza Lopes é uma das representantes da sociedade civil no CIMPDE, e não pôde comparecer na última reunião ocorrida por conta de uma forte chuva, mas considerou importante a proposta da Conselheira para informar os resultados da aplicação dos instrumentos; adiantou que a partir dos dados é possível verificar que a maior parte dos lançamentos são da lei antiga, além da ausência de grandes alterações em relação ao panorama interior, tendo em vista que os dados analisados perpassam em grande medida por indicadores que possuem série histórica anterior a aprovação do PDE vigente; a respeito dos dados de edificações, destacou haver muitas informações que não foram utilizadas, mas, sobre os novos instrumentos, destacou haver poucas informações, em razão de até o momento, poucos lançamentos terem ocorrido; por fim, sobre os mapas, destacou que não serão alterados, mas as formas como os mapas estão representados, sendo proposto uma forma de apresentação mais rica, tendo em vista que o mapa representa resultados do indicador. 10) Em continuidade ao debate, a Conselheira Titular da Macrorregião Norte 2, Sra. Sra. Lucila Maria Bitancourt Martins Campos, afirmou que o levantamento de 2017 ainda não está disponibilizado no Mapa Digital da Cidade - MDC e estão aguardando o fechamento de 2018, que ainda não estão disponíveis; destacou que o levantamento aerofotográfico da cidade é apresentado no MDC, mas não estão as plantas, somente as áreas levantadas. 11) Em razão da última indagação não ser tema da plataforma de monitoramento do PDE, mas do Sistema de Informações, que era o tema do próximo item de pauta, a Presidência passou a palavra a Coordenadora de Produção e Análise de Informação - GEOINFO da SMUL, Sra. Luciana Pascarelli Santos, que apresentou a respeito das novas funcionalidades do GEOSAMPA; indagou quem conhecia o Sistema, pois partiu da compreensão que a maioria dos ouvintes o conhecia e a intenção foi expor justamente o que há por trás do GEOSAMPA, a fim de melhorar a plataforma em

D

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142 143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

\$

10

J.

1

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

5115776

D

My F

Página 4 de 22

Storiult



URBANISMO E LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

dialogo com os usuários; ressaltou que utilizou o termo "Sistema", por haver um Sistema de Informações Geográficas - SIG por trás, constituído por uma infraestrutura trabalhando com várias regras que obtém as informações das áreas-fonte, ou seja, os dados do GEOSAMPA não estão todos em mãos de GEOINFO, mas continuam com as secretarias responsáveis e suas áreas especificas, de modo que o sistema busca na fonte original e traz ao mapa, sincronia que dota de maior fidedignidade os dados; em seguida, apresentou alguns números do GEOSAMPA, como conter 233 camadas de informação (layers), 12 terabytes de dados, 17 bancos de dados conectados, estrutura que permite a aquisição de novas informações para incluir no mapa de forma padronizada, e cerca de 120 mil acessos por mês; informou sobre o decreto nº57.770, que regulamenta a composição e responsabilidades do Sistema, legislação de cunho prático e válido, partindo da ideia de "integração, por seguir o pressuposto da impossibilidade de um trabalho não sistêmico, sem compartilhamento de informações"; em seguida, explanou a respeito da estrutura do GEOSAMPA, composto por um ambiente corporativo, com bases que precisaram ser estruturadas, que realiza, a partir de uma série de conexões, a composição da base de dados, resultando na interface conhecida, que possibilita a realização de integração de dados da origem em tempo real nos mapas com fonte de informação, mapas que são um tipo de dado atualmente amplamente disseminado e até pouco tempo era restrita a alguns especialistas; na sequencia, expôs o caminho contrario: o GEOSAMPA fornecendo informações para os sistemas da Prefeitura, de modo que as Secretarias não necessitam constituir uma infraestrutura de dados já existentes em outra plataforma, trazendo os exemplos do CADLOG, SISGAU e SAC156; a respeito da transparência, destacou a noticia dos Índices de Dados Abertos realizado pela FGV para as cidades brasileiras, que pontuou São Paulo em primeiro lugar, ressaltando que dados transparentes são os que permitem que cada um trabalhe como quiser, não podendo ser pré-processado, o destaque do ranking da FGV foi em relação aos mapas e dados municipais como modelo de referência na cidade de São Paulo, sem senhas e sem que a Prefeitura saiba como o usuário utilizará os dados, sendo dever do poder publico realizar a disponibilização; ressaltou ter sido observada uma alteração no público usuário, deixando de ser utilizado somente por especialistas, passando a utilizar programadores, desenvolvedores, e quem desenvolve aplicativos; em resposta a questão apresentada pela Conselheira Sra. Lucila Maria Bitancourt Martins Campos, informou que foi realizado um novo voo na cidade, que o penúltimo foi em 2004 para a confecção do MDC, mas foi realizado um voo em 2017 e as imagens já estão sendo disponibilizadas, mas estão sendo ortorretificadas, pois tornar uma foto tirada do avião em uma ortofoto é um procedimento que necessita de ajustes, mas já esta disponível para download e terminando o geoprocessamento será publicado no site no ano seguinte. 12) Em sequência, a apresentação foi subsidiada pela assessora da Coordenadoria de Legislação do Uso e Ocupação do Solo - DEUSO e diretora do Sistema de Zoneamento - SISZON da SMUL, Sra. He Nem Kim Seo, quem apresentou a integração das informações do zoneamento no GEOSAMPA, ressaltando que o SISZON começou como banco de dados na década de 1980, mas veio a público recentemente, como um banco de dados de fonte primária, que subsidia outros bancos

177 178

179

180

181 182

183 184

185

186

187

188

189 190

191

192 193

194

195

196

197

198

199 200

201

202

203

204

205

206 207

208

209

210

211

212 213

214

215

216

217 218

219

220

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 5 de 22



de dados como o BDT, SLC, Ficha Técnica e o IPTU; informou que a apresentação será a respeito do primeiro modulo de impressão de informações do Zoneamento pelo GEOSAMPA, anteriormente, destacando que os dados observados nas residências quando acessam o sistema é o mesmo que abastece todos os sistemas da Prefeitura, portanto, quando um processo é protocolado, as informações utilizadas pela equipe de licenciamento é a mesma disponibilizada para o munícipe; retomou que desde dezembro de 2017 os dados do SISZON estão no GEOASMPA, seguido de um processo de qualificação dos dados até agosto de 2018, podendo ser observadas na Plataforma a Zona, Macroárea, Perímetro de Qualificação Ambiental, Parâmetros de Ocupação, inclusive a pontuação da Cota de Solidariedade, de modo que o desafio seguinte é construir um modulo de impressão, demanda que tem sido presente; ressaltou a importância de uma resposta dos usuários, que critiquem e façam sugestões para aprimorar o sistema; sobre o prazo para o modulo de impressão, informou que a equipe técnica estipulou até o primero semestre de 2019; em seguida, expôs como operará o modulo de impressão no GEOSAMPA, com um passo-a-passo de cada etapa e os ajustes previstos em relação ao fornecimento dos dados completos do imóvel, o cálculo de todas as notas de cada zona e outras observações gerais; considerou um grande passo a integração interna, devendo permanecer, tendo em vista a mobilização interna para que as informações cheguem aos usuários e que o SISZON é um grande apoiador das politicas de transparência, e fundamental o retorno da sociedade das informações que estão sendo disponibilizadas, e que encaminhem para o e-mail do GEOSAMPA para avaliarem qualquer duvida que tiverem. 13) Encerrada a apresentação, a Presidente abriu ao debate, iniciando com a fala da Conselheira Suplente do Setor Empresarial, Sra. Daniela Ferrari Toscano de Brito, destacando que a plataforma é utilizada como uma ferramenta de trabalho, mas destacou sobre uma questão que emerge particularmente para quem trabalha com Habitação de Interesse Social – HIS, em regiões pouco urbanizadas, que, apesar de terem parâmetros urbanísticos, não possuem SQL e são tributados como imóveis rurais, tornando difícil empreender nestes tipos de lotes, pois necessitam da obtenção dos índices urbanísticos a partir de um processo que é aberto em DEUSO, para depois realizar a abertura do contribuinte na Secretaria da Fazenda - SF; não soube informar se o que é demorado no processo é a obtenção do SQL ou o cadastramento para obtenção do IPTU; destacou que nenhum empreendimento que não tenha SQL ou IPTU pode obter financiamento com banco como a Caixa Federal, de modo que há casos de empreendimentos aprovados, licenciados com alvará, sem poder comercializa-los e repassar para clientes de pessoa física pela ausência de SQL; indagou se há alguma forma de poder gerar SQL para os lotes que já possuem zoneamento e não estão na zona rural, não por demanda do usuário, pois as vezes o proprietário tem intenção em pagar INCRA em vez de pagar IPTU. 14) Em seguida, o Sr. Waldemar Santos indagou o motivo do porque a aba zoneamento na estrutura interna da prefeitura não aparece; recomendou que seja inserido a largura da via e também indagou porque não consta o Cadastro de Imóveis Tombados – CIT no GEOSAMPA. 15) Na sequência, a Conselheira Titular da SMC, Sra. Mariana de Souza Rolim, destacou que, tanto o GEOSAMPA, quanto o CIMPDE, tem funcionado muito bem a partir do trabalho interessecretarial,

221

222 223

224

225

226 227

228 229

230

231 232

233

234

235

236

237

238

239

240 241

242 243

244

245

246 247

248

249

250

251

252

253

254 255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 6 de 22



que impulsionaram a SMC a organizar bancos de dados que ate então funcionavam de maneira isolada; trouxe duas noticias: a primeira, sobre a inclusão nos próximos meses da última camada em relação a bens protegidos, referente a camada de arqueologia, cuja a demora ocorreu por depender e aprovação do governo federal, localizado num banco de dados de difícil acesso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, permitindo evitar casos, como o recente ocorrido na "Capela dos Aflitos"; a segunda, a respeito de uma reunião que permitirá unir o CIT com o GEOSAMPA, pois há uma defasagem de atualização de cadastros, pois o CIT é o sistema oficial, mas muito antigo, o que torna difícil seu dialogo com outros sistemas, mas no primeiro trimestre do próximo ano é provável que esteja integrado com o GEOSAMPA, permitindo a atualização automática do Sistema, assim como a emissão de certidões digitais de tombamento pelo CIT. 16) Em resposta, a diretora de GEOINFO, Sra. Luciana Pascarelli Santos, iniciou informando que, em relação os imóveis tombados, há algumas informações e pontos no GEOSAMPA sobre os próprios/ bens tombados, áreas protegidas, entre outros, mas somente no portal interno que se encontra integrado o CIT, pois está em processo de testes para a qualidade dos dados; sobre a largura de via, destacou que já foi feito alguns cálculos de estimativa e a discussão com o corpo técnico para colocá-lo como um atributo do logradouro, além do GEOSAMPA ter disponível uma ferramenta de medição, porém, a própria escala do mapa não permite esse tipo de detalhe, assim como há a possibilidade de extração dos arquivos em dxf, dwg, para projetos, mas provavelmente será incluído como atributo em breve, ainda mais inexistindo uma lei que diz a largura das vias e das larguras variarem em relação a oficial e a real, considerando ainda que a disponibilização dos dados não ocorre somente para aplicação, mas para todo o mundo, de modo que os dados devem ser confiáveis, sendo destacado nas fichas a existência de erros no mapa. 17) Para as indagações a respeito do SQL rural, a fala foi passada para a Coordenadora de DEUSO da SMUL, Sra. Rosane Cristina Gomes, que destacou ser um problema diário da coordenadoria, onde há um grande volume de consulta de processos que se encontram como INCRA, ou as vezes possuem SQL, mas o INCRA não reconhece a área como urbana e irremediavelmente precisam passar para DEUSO declarar que é uma área urbana e, portanto, deixa de ser tributado o INCRA e passa a ser IPTU; informou a realização da tentativa de tratativas com o INCRA, mas os Lotes rurais de São Paulo não são georreferenciados no mesmo módulo que do INCRA, devendo ser alimentados manualmente no SISZON após cadastro da SF; em relação a indagação da camada de zoneamento no GEOSAMPA interno, ressaltou ser uma opção financeira, por conta dos gastos entre disponibilizar ou não, mas destacou os dados estarem disponíveis na aba "Cidadão", disponível para qualquer técnico. 18) Em complemento, a técnica de DEUSO, Sra. He Nem Kim Seo informou que a aba no GEOSAMPA da intranet possui o modulo de consulta interna de zoneamento, que foi divulgado pela comunicação, mas para entrarem em contato caso não tenham Q recebido; e a opção financeira afirmada pela Coordenadora de DEUSO ocorreu entre av integração de dados que constam no SISZON e a disponibilização para o modulo de impressão para o cidadão, sendo priorizada a segunda opção. 19) Novamente, a coordenadora de GEOINFO, Sra. Luciana Pascarelli Santos, explanou que há o

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279 280

281

282

283

284

285 286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 7 de 22



GEOSAMPA "Cidadão", possível de ser acessado de qualquer local e o GEOSAMPA "intranet", cujo o acesso é restrito ao ambiente do trabalho da Prefeitura, dedicado a testes para os servidores; ressaltou que a população ajuda a corrigir os dados, mas tem questões que necessitam de ajustes apurados para poderem ser divulgados ao público; destacou que a origem dos dados de ambas as plataformas é a mesma, somente no momento de ir para a plataforma que alguns vão para a intranet, pois demandam validação e teste interno. 20) O Conselheiro Titular da Macrorregião Centro, Sr. Gabriel Rostey Gonçalves, indagou se há algum dado sobre o número de comércios e serviços por território; a respeito da largura das vias, lembrou haver a régua no mapa digital; sugeriu a consulta ao geoportal de São Paulo, com imagens do ano de 1958 da cidade e sugeriu a integração similar com dados do passado. 21) Em resposta, a coordenadora de GEOINFO, Sra. Luciana Pascarelli Santos, informou haver muitos mapas históricos no GEOSAMPA, mas só estão disponíveis nos ícones os mapas com demanda maior, pois carregá-los tornaria o sistema mais lento, por tal motivo se optou em deixar somente disponível para transferência os mapas menos utilizados; sobre a ferramenta "régua", destacou sua limitação para um dado dependendo da escala; a respeito dos dados comerciais, as informações não constam no GEOSAMPA, mas o portal Infocidades consta com outras informações de mapas e dados, e possui dados sobre comércio e serviços agregados por região (subprefeitura e distrito), pois a Prefeitura não pode divulgar dados comerciais específicos. 22) A Conselheira Suplente da SIURB, Sra. Dirce Carregã Balza, parabenizou a equipe e lembrou haver um dado no passado, referente a extensão total do sistema viário da cidade, não pavimentada e pavimentada, e achou interessante constar a mesma informação por subprefeitura no GEOSAMPA. 23) Em resposta, a coordenadora de GEOINFO, Sra. Luciana Pascarelli Santos, destacou a inexistência de uma fotografia de algum ano; relatou que um trabalho da equipe é o dado e se o dado esta desatualizado, o interessado possivelmente perderá interesse na consulta, por tal motivo o decreto deixou claro que a responsabilidade é das fontes, e que tenham critérios de atualização, de modo que os dados de vias pavimentadas provavelmente mudaram e precisam ser atualizados, seja por meio de um sistema ou planilha, mas que recebam as informações é necessário provocar a fonte. 24) Encerrado o debate, a Presidente passou a palavra a Coordenadora de Controle da Função Social da Propriedade - CEPEUC da SMUL, Sra. Heliana Lombardi Artigiani, a respeito do processo de Implementação dos Instrumentos Indutores da Função Social da Propriedade e introduziu a discussão apresentando o fundamento legal da aplicação do instrumento, destinado a notificação de imóveis subutilizados, não edificados e não utilizados em ZEIS 2, 3 e 5, Operação Urbana Centro e Operação Urbana Consorciada Água Branca, sendo incluídas em 2015 os perímetros da Subprefeitura da Sé, Mooca e o eixo de estruturação urbana da Avenida Santo Amaro; em seguida, passou a expor o fluxo de trabalho da equipe e informou ter recebido no ano muitos questionamentos, pedidos de informação, notando uma dificuldade em entender qual o trabalho do CEPEUC, compreendendo que o trabalho não termina com a notificação, mas começa, apesar de o fluxo de trabalho iniciar com a prospecção do imóvel, cadastro do imóvel nos bancos de dados, vistorias para verificar a condição atual e a analise de registros, decorrendo finalmente

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 8 de 22

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352



no processo de notificação, devendo ser realizada por 3 tentativas, e, caso não encontre o proprietário, deverá ocorrer via edital; após a notificação, inicia o que considera como o maior trabalho, isto é, o proprietário tem 15 dias para impugnação e, se for deferida, tem direito a recurso; as analises são feitas pela Coordenadoria e encaminhadas ao gabinete; sobre o atendimento ao publico, é realizado a todos os munícipes que tem interesse as terças e quintas, mas a qualquer momento o munícipe tem direito a solicitação de vistas dos processos, afora as petições, que podem vir a qualquer momento; o munícipe possui um ano para comprovar o uso do imóvel ou apresentar o protocolo de execução de edificação nova, em alguns casos é aceito a aprovação de reforma com acréscimo de áreas dos subutilizados e a apresentação da documentação implica na necessidade de revistoria; ressaltou que as vezes a documentação não é suficiente, outras em que é necessário solicitar para o proprietário abrir o imóvel; a Coordenadoria também acompanha manifestações de processos judiciais e processos fiscais; afirmou haver uma estreita ligação da Coordenadoria com a SF para aplicação do IPTU progressivo e que a SF pede que informem quando há qualquer alteração da aplicação do instrumento, de modo que a listagem de IPTU progressivo necessita que seja verificado em todos os processos, pois não há um sistema automatizado para fazer a analise; em seguida, apresentou um fluxo de trabalho de um processo dentro da CEPEUC e diversos gráficos a respeito dos imóveis da Coordenadoria, como a situação do cadastramento de imóveis presentes no Cadastro da função social da propriedade, um gráfico de imóveis notificados por Subprefeitura, com destaque quantitativo para a Subprefeitura da Sé, de Distribuição de imóveis notificados por tipologia, presentes em sua maioria em ZEIS, outro contendo o de número de notificações canceladas por ano, ocorrendo por diversos motivos, como a notificação de proprietário errado, ou averbação da matricula em imóvel que foi comercializado durante o processo, ou por decisão judicial, apesar do judiciário ter respondido positivamente a questão, ou endereço incorreto; apresentou outro gráfico com os dados da aplicação do IPTU Progressivo no tempo, com destaque a dificuldade decorrente da diferença entre a data de notificação, que pode ser realizada a qualquer momento durante o ano, o prazo para o interessado apresentar projeto de um ano e o fato gerador do IPTU ser o dia primeiro de janeiro do ano subsequente; a respeito do panorama de trabalho 2018 e a proposta para 2019, elencou a previsão da publicação de Portaria Intersecretarial para regulamentar a relação com a SF, apesar da implementação do SEI ter aprimorado a relação entre as Pastas; a Avaliação dos Impactos do PEUC e da Situação dos Imóveis, realizada por PLANURBE e disponibilizados no site, se propôs a realizar o diagnóstico dos imóveis situados no IPTU progressivo no tempo, especialmente os situados no terceiro ano, que chegaram a alíquota máxima de 15%, buscando verificar o motivo que o interessado não consegue por o imóvel em uso; também propôs a realização de Estudo de Prospecção de Novas áreas de Aplicação do PEUC, verificando as ZEIS que foram parcialmente cobertas pela verificação, de modo que já foram levantados os SQL para ' fazer escalonamento nas áreas do centro para continuar as notificações no ano seguinte; a respeito da revisão da Regulamentação do PEUC, prevista desde o ano 394 passado, decorreu de ter verificado no interior dos processos, frente a complexidade 395 396

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br Página 9 de 22



da cidade, a fim de trazer mais segurança e rapidez nas decisões, com expectativa de publicação do Decreto no inicio do ano seguinte; sobre a proposta de desenvolvimento do Sistema da Função Social da Propriedade, relembrou que já se havia estudado no inicio de 2015 a proposta, mas a PRODAN não conseguiu desenvolver no tempo previsto o sistema, sendo estudado a possibilidade de constituir com auxilio dos técnicos da própria secretaria; em relação ao Consórcio Imobiliário, destacou estar em vias a realização do Decreto, apesar de não ter sido apresentada nenhuma proposta nos últimos dois anos; quanto a Arrecadação e Abandono, previstas pelo PDE, é de competência da Coordenadoria verificar indícios de abandono do imóvel, mas informou não ter sido verificado nenhum imóvel em situação de abandono, sendo em todas as notificações encontrado o proprietário mostrando interesse em manter imóvel em sua posse, e, caso encontre algum abandono, será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município – PGM. 25) Após a apresentação, a Presidente abriu a fala ao Plenário, iniciando com a Conselheira Suplente do Setor Empresarial, Sra. Daniela Ferrari Toscano de Brito, a respeito da priorização dos imóveis, informou ter percebido que nas ZEIS que estão sendo ocupadas, somente cerca de 50% estão notificadas e propôs que, dentro da priorização, não restrinjam aos imóveis do centro, mas incluam os imóveis não edificados, pois percebe que são os comercializados mais rapidamente, por serem mais simples, mesmo os que não estão próximos ao centro. 26) Em resposta, a Coordenadora de CEPEUC, Sra. Heliana Lombardi Artigiani, destacou que a priorização ocorre em relação aos imóveis próximos das centralidades, especialmente em razão da presença de ZEIS localizadas bem afastadas das centralidades. 27) Em continuidade, o Conselheiro Titular das Entidades Profissionais, Sr. Celso Aparecido Sampaio, informou compreender que na apresentação a equipe tenha se concentrado na cobrança do IPTU progressivo, mas indagou a respeito dos dados das notificações de 2018, pois não apareceram na apresentação. 28) Em resposta, a Coordenadora de CEPEUC, Sra. Heliana Lombardi Artigiani, informou que foram feitas oito notificações desde o inicio do ano e que as informações que recebeu são as que tem sido disponibilizadas; destacou que o fato ocorreu não somente em função da aplicação do IPTU progressivo, mas pela analise dos processos para a execução do IPTU progressivo, para a validação do que havia sido feito e o trabalho de averbação retiraram o folego para a realização de novas notificações, mas que foram retomadas, de modo que alguns proprietários receberão em breve notificações, mesmo com a proximidade dos feriados. 29) Ainda sobre a pauta, a Conselheira Titular dos Movimentos de Moradia, Sra. Evaniza Lopes, insistiu na importância das notificações no mesmo ritmo, pois, como são processos de longa duração, segue o "planto hoje para colher depois", de modo que, se não "plantar hoje", não terão imóveis no futuro para aplicação dos instrumentos; se mostrou preocupada com a realização de oito notificações, por frustrar expectativas dos anos seguintes não terem imóveis com sua função social sendo postos em operação e que continuam seguindo a priorização da aplicação das ZEIS; encerrou solicitando no final da reunião para fazer uma consideração sobre um tema não presente na Pauta, que foi acolhido pela Presidência. 30) Em continuidade ao próximo item de pauta, a Presidente passou a palavra a Secretária Executiva que iniciou a descrição dos ritos para iniciar o Processo Eleitoral

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura sp.gov br



Página 10 de 22

397

398

399

400

401

402

403 404

405

406

407

408

409 410

411

412

413

414

415 416

417 418

419

420

421

422

423

424 425

426

427

428 429

430

431 432

433

434

437

438 439

440

435 436



URBANISMO E LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

dos membros da Sociedade Civil no CMPU para o mandato 2019-2020, destacando inicialmente que o Conselho é dividido entre 26 cadeiras do poder público e 34 cadeiras da sociedade civil, sendo a segunda, 12 indicadas por outros conselhos e 22 eleitas bianualmente; relembrou que em 2017 a posse dos Conselheiros eleitos ocorreu muito próxima da eleição, por tal motivo que se optou em antecipar o processo eleitoral, para que se tenha mais tempo para cumprir com os prazos previstos para cada etapa do processo, incluindo os recursos, com a eleição prevista para ocorrer em junho e a posse entre os meses de agosto e setembro; em seguida, leu o artigo 1º do Decreto 56.268/2015, que descreve a composição de cada uma das cadeiras eleitas: "4 representantes dos movimentos de moradia; 4 representantes de associações de bairros; 4 representantes do setor empresarial ligado ao desenvolvimento urbano, sendo, no mínimo, 1 da indústria, 1 do comércio e 1 de serviços; 1 representante dos trabalhadores, por suas entidades sindicais; 1 representante de organizações não governamentais - ONGs com atuação na área urbano-ambiental; 1 representante de entidades profissionais ligadas à área de planejamento urbano-ambiental; 2 representantes de entidades acadêmicas e de pesquisa ligadas à área de planejamento urbano-ambiental; 2 representantes de movimentos ambientalistas; 1 representante de movimentos de mobilidade urbana; 1 representante de movimentos culturais; 1 representante de entidades religiosas;" em seguida, relembrou que em 2017, a pedido da Comissão, foi alterado o artigo 10º do Decreto, a respeito da composição da Comissão Eleitoral, passando a vigorar o texto de "no mínimo, 3 (três) representantes titulares e suplentes da Sociedade Civil, indicados pelas respectivas entidades representadas no CMPU", ressaltando o verbo "indicado", que permite que o membro da Comissão Eleitoral não necessariamente faça parte do CMPU, única restrição decorre de os membros da Comissão não poderem ser candidatos, além dos três membros do poder público, sendo no mínimo uma das vagas da SMUL, a quem competirá à coordenação da Comissão Eleitoral; em seguida, leu integralmente o artigo 11 do Decreto nº 55.750/2014 referente as competências da Comissão Eleitoral, sendo "I – definir os termos do edital de eleição dos membros da sociedade civil para o 468 CMPU; II – apoiar o processo de divulgação do processo eleitoral; III – acompanhar o 469 processo eleitoral em todas as suas etapas; IV - apreciar e homologar as inscrições de 470 candidatos; V – fiscalizar a votação e sua apuração; VI – lavrar ata de apuração da 471 eleição; VII - receber e apreciar recursos e impugnações; VIII - julgar e deliberar 472 sobre as ocorrências havidas durante o processo da eleição; IX - deliberar sobre os 473 casos omissos"; em seguida, abriu ao Plenário para inscrições da Sociedade Civil. 31) 474 Antes de iniciar as indicações, o Conselheiro Suplente do Setor Empresarial, Sr. Andy 475 Alexandre Gruber, relembrou que a legislação prevê que quem se encontra no segundo 476 mandato não poderá ser reconduzido, contribuição que foi bem acolhida pela 477 Secretária Executiva, que leu integralmente o artigo 327 do PDE que prevê que "o 478 mandato será de dois anos, sendo permitida apenas uma recondução sucessiva", mas 479 poderão retornar a partir do mandato que iniciará em 2021; se inscreveram o Sr. 480 Benedito Roberto Barbosa (TITULAR), a Sra. Evaniza Lopes (SUPLENTE) e o Sr. Andy 481 Alexandre Gruber (TITULAR). 32) O Sr. Alberto Milani Junior (Macrorregião Centro) 482 solicitou que tivessem um prazo de cerca de 10 dias para consultar nomes 483 484

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100

3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 11 de 22



interessados. A Sra. Secretária Executiva informou que o ideal é deliberar no ato as indicações, pois seria necessária a realização de nova reunião para formalizar indicações acima do mínimo. Sem inscritos, a Sra. Secretária Executiva propôs que sejam indicados a Secretaria Executiva do CMPU um representante Titular e dois Suplentes por dez dias após a reunião, preenchendo-se as vagas não indicadas por ordem de recebimento dos e-mails, propostas e indicações acolhidas por unanimidade. 33) Encerrada a pauta da reunião, a Presidente passou a palavra a Conselheira Titular dos Movimentos de Moradia, Sra. Evaniza Lopes Rodrigues, quem relatou sobre aprovação de empreendimentos em HIS; relembrou que após a aprovação do PDE, havia um convênio entre a SEHAB e o proponente para garantir que os imóveis produzidos como HIS tivessem efetivamente a destinação como HIS, fosse dentro de um programa público ou para que a construção privada fosse garantida a destinação para a faixa estipulada pelo PDE, isto é, não é a característica física do imóvel, mas que sua destinação efetiva chegue nas faixas de renda previstas no PDE; informou que o convênio foi extinto, junto a forma de fazer verificação da destinação dos empreendimentos, sob a alegação de que não era possível acompanhar até o momento da destinação efetiva do imóvel se tinham sido atendidos os critérios; informou que o resultado prático observado é que setor de aprovação de HIS tem recebido muito mais propostas de empreendimentos como HIS, sem que tenha observado no mercado a destinação para as faixas especificas de renda, se caracterizando como clara deturpação na aplicação na Lei, como uma violação nos princípios do PDE, ao apresentar projetos que se mostram como HIS, mas na hora de sua comercialização, são negociados em outras faixas de renda, trazendo a não arrecadação de Outorga Onerosa de tais empreendimentos e burlando a utilização de territórios demarcados como ZEIS, que foram fruto de anos de luta. 34) Em resposta, a Presidência afirmou que a Gestão também se mostra preocupada com a questão e que a área de licenciamento de HIS segue a legislação, mas a iniciativa de eliminar o convenio foi da SEHAB; afirmou não haver elementos suficientes, mas que será verificada a melhor forma de realizar o encaminhamento internamente; ressaltou que apesar dos problemas que havia no convênio, ele de fato vinculava ao credenciamento realizado pela SEHAB, enquanto que a área de licenciamento verifica o atendimento dos requisitos da lei. 35) Retomando o último item de pauta, a Secretária Executiva indagou se algum membro do Poder Público se interessa em participar da Comissão Eleitoral, além da SMUL, que possui cadeira garantida. 36) Em resposta, a Conselheira Titular da SEHAB, Sra. Zoraide Amarante Itapura de Miranda, sobre a questão da Conselheira Sra. Evaniza Lopes, afirmou que irá encaminhar para a SEHAB; e sobre a indicação do poder público, que levantará a possibilidade da SEHAB indicar um nome para compor a Comissão Eleitoral, mas a ser posteriormente encaminhado. 37) Frente a ausência de nomes e verificado que o prazo de dez dias para indicação recairia no recesso de fim de ano, foi acolhido por unanimidade a data limite de encaminhamento até o dia 15/01/2019. 38) Sem mais considerações, a Presidência e Secretária da SMUL, relatou a respeito do projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal propondo a separação entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a de Licenciamento, uma prerrogativa oriunda do prefeito, que a compreendeu pertinente,

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SR | CEP 01011-100

3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 12 de 2

485 486

487

488

489

490

491

492

493 494

495 496

497

498

499 500

501

502

503

504

505 506

507

508

509

510

511

512

513 514

515

516

517 518

519

520 521

522

523 524

525

526

527 528





| 529 | cabendo agora aos vereadores decidirem, mas aparenta terem dúvidas a respeito da |
|-----|---|
| 530 | proposta; lamentou a mudança, em razão da árdua tarefa que foi a fusão entre as |
| 531 | pastas, mas considerou vitoriosa, frente os resultados obtidos, como a aprovação de |
| 532 | projetos no "Aprova Rápido" em 30 dias, a expedição de cerca de 9 mil processos em |
| 533 | dois anos, frente a verificação em janeiro de 2017 de cerca de 15 mil processos |
| 534 | parados, apresentando os dados a respeito da aprovação dos empreendimentos. |
| 535 | Encerramento: A presidente agradeceu a presença de todas e todos, e encerrou a |
| 536 | reunião às 12h11m. |

PRESIDÊNCIA

HELOISA M. SALLES PENTEADO PROENÇA PRESIDENTE

APOIO SECRETARIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - SMUL

ROSANE CRISTINA GOMES TITULAR 2

TITULAR 3

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18° andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 13 de 22



ANA MARÍA GAMBIER CAMPOS
TITULAR 3

RITA DE CASSIA OGERA
SUPLENTE 3

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

CAREN VANESSA DINIZ
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

CARLOS EDUARDO SCHAD TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

MATILDE DA COSTA TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

GIULIA PEREIRA PATITUCCI TITULAR

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

P L

1 0 m

Página 14 de 22

Hul



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB

| ZORAIDE AMARANTE ITAPURA DE MIRANDA |
|-------------------------------------|
| TITULAR |
| |
| |
| |

GUILHERME FILOCOMO

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB DIRCE CARREGA BALZAN SUPLENTE SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA ROSELIA MIKIE IKEDA **SUPLENTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

> MARIANA DE SOUZA ROLIM SUPLENTE

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

SINÉSIO APARECIDO DA SILVA **TITULAR**

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov br

Página 15 de 22



SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO MACRORREGIÃO NORTE 2

LUCIA MARIA BITANCOURT MARTINS CAMPOS TITULAR

MACRORREGIÃO CENTRO

DIOGO DO CARMO BORGES

TITULAR

REGINALDO JOSÉ FAZZION SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

MAURÍCIO RAMOS SUPLENTE

MACRORREGIÃO CENTRO

GABRIELA ROSTEY GONÇALVES

TITULAR

ALBERTO MILANI JÚNIOR

SUPLENTE

Hul

Rua São Bento, 40

1

Página 16 de 2

27 5

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC
Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100
3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov br



MACRORREGIÃO SUL 1

ROQUE PEREIRA MORAES TITULAR

MOVIMENTOS DE MORADIA

EVANIZA LOPES RODIRGUES TITULAR

VERA LÚCIA DIAS PADILHA **TITULAR**

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

IARA BISCEGLI JATENE TITULAR 3

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA SUPLENTE 3

SETOR EMPRESARIAL

DANIELA FERRARI TOSCANO DE BRITO

SUPLENTE, 2

ROBERTO DE CASTRO MELLO TITULAR 3

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

Página 17 de 22



LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ANDY ALEXANDRE GRUBER SUPLENTE 4

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGS

HENRIQUE BOTELHO FROTA SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

> CELSO APARECIDO SAMPAIO TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH

MARIA APARECIDA PONTES SUPLENTE

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

> MÁRCIA RENATA ITANI SUPLENTE

ENTIDADADES/MEMBROS AUSENTES:

PRESIDÊNCIA

SUPLENTE 1: MARCOS CAMARGO CAMPGNONE SUPLENTE 2: ŒCÍLIA MARCELINO REINA

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - SMUL

TITULAR 1: MARCOS CAMARGO CAMPGNONE SUPLENTE 1: ARLETE DOS ANJOS GRESPAN

> Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100 3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp\gov.br

P

DOX

Página 18 de 22

Home



SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMG

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: CAMILLA MARTINS FERNANDES

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM

TITULAR: JABS CRES MAIA SANTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

TITULAR: RENATO PARREIRA STETNER SUPLENTE: THAIS MONGE LIBERATO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SMF

SUPLENTE: IANY MACEDO RIBEIRO DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

SUPLENTE: MARIO FRANCISCO NETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIRETTOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC

TITULAR: RONALDO LUIZ RISSETTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT

TITULAR: JOSÉ GUILHERME FARIA DE FIGUEIRA CRUZ

SUPLENTE: ANDRÉ CASTRO DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB

TITULAR: VERA LÚCIA DE MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

TITULAR: LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

TITULAR: JULIANA VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SMTE

TITULAR: PEDRO HENRIOUE SOMMA CAMPOS

SUPLENTE: ERIK CHICONELLI GOMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

TITULAR: PAOLA RIVATTO DA SILVA

SÃO PAULO URBANISMO - SP-URBANISMO

TITULAR: PATRICIA SARAN

SUPLENTE: JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

SUPLENTE: RENATA MILANESI

SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO

MACRORREGIÃO NORTE 1

TITULAR: JOSÉ TRAVASSOS JÚNIOR SUPLENTE: AMÉRICO MARQUES NETO

MACRORREGIÃO NORTE 2

SUPLENTE: JULIANA LINS VIEIRA

MACRORREGIÃO OESTE

TITULAR: FERNANDO SALLES

SUPLENTE: ELIANE PASOTI PESSINI

MACRORREGIÃO LESTE 1

TITULAR: MAÍRA MONTEIRO EUGÊNIO

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100

3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov br

Página 19 de 22



SUPLENTE: PAULO DE LUCCA SOUZA

MACRORREGIÃO LESTE 2

TITULAR: ALESSANDRA JACINTO BATISTA SUPLENTE: ALFREDO FRANCELINO FALJANA

MACRORREGIÃO SUL 1

TITULAR: PRISCILA DUARTE OLIVEIRA RIBEIRO

SUPLENTE: GLAUCIA CRAVEIRO MACRORREGIÃO SUL 2

TITULAR: RUBENS GONCALVES BIAR FILHO SUPLENTE: ROSANE SEGANTIN KEPPKE

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO

MACRORREGIÃO NORTE 1

TITULAR: JESUS DOS SANTOS

SUPLENTE: DANIEL TEDDY ESPINOZA

MACRORREGIÃO NORTE 2

TITULAR: CLÁUDIO BASÍLIO GUIMARÃES

SUPLENTE: PAULO NOVAES MACRORREGIÃO OESTE

TITULAR: MARIA APARECIDA MAGRINI

MACRORREGIÃO LESTE 1

TITULAR: SIDNEI SILVA DOS SANTOS SUPLENTE: CLOVES ROOUE XAVIER

MACRORREGIÃO LESTE 2

TITULAR: ELAINE APARECIDA XAVIER SARAGOSA

SUPLENTE: JOÃO ESTEVAM DA SILVA

MACRORREGIÃO SUL 1

SUPLENTE: ANDERSON CARLOS DE SOUZA

MACRORREGIÃO SUL 2

TITULAR: THIAGO NASCIMENTO SANTOS SUPLENTE: MARIA DE FÁTIMA STLVA

MOVIMENTOS DE MORADIA

SUPLENTE 1: JOAIS GOMES DA SILVA

TITULAR 2: BENEDITO ROBERTO BARBOSA

SUPLENTE 2: MIGUEL GOMES LIMA TITULAR 3: OSMAR SILVA BORGES

SUPLENTE 3: HELUIZA REGINA SOARES DA SILVA SUPLENTE 4: SHEILA CRISTIANE SANTOS NOBRE

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

TITULAR 1: SERGIO ANTONIO REZE JUNIOR

SUPLENTE 1: RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO

TITULAR 2: CARLOS CRUZELHES FILHO

SUPLENTE 2: DORA RODRIGUES ELISA BETTENCOURT

TITULAR 4: MARIANA FERRAZ KASTRUP

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo - AOC Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | Şão Paulo-SP | CEP 01011-100

3113 7786 | cmpu@prefeitura sp.gov.br

Página 20 de 22



SUPLENTE 4: MARC BUJNICKI ZABLITH

SETOR EMPRESARIAL

TITULAR 1: RICARDO YAZBEK

SUPLENTE 1: THABADA KAORU YAMAUCHI

TITULAR 2: ODAIR GARCIA SENRA SUPLENTE 3: ADRIANA BLAY LEVISKY TITULAR 4: LARISSA GARCIA CAMPAGNER

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGS

TITULAR: DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ

ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

SUPLENTE: STEPHANIE CRISTINA MENDONÇA RIBEIRO

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUÍSA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

TITULAR 1: VALTER LUÍS CALDANA JÚNIOR SUPLENTE 1: VIVIANE MANZIONE RUBIO TITULAR 2: EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE SUPLENTE 2: MARIA CRISTINA DA SILVA LEME

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

TITULAR 1: PAULO MACHADO LISBÔA FILHO

SUPLENTE 1: DIANA CSILLAG TITULAR 2: NÃO PREENCHIDO SUPLENTE 2: NÃO PREENCHIDO

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

TITULAR: CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA SUPLENTE: AMÉRICO MONTEIRO SAMPAIO

MOVIMENTOS CULTURAIS

TITULAR: MONICA ROSANA CASTRO LOUZEIRO

ENTIDADES RELIGIOSAS TITULAR: NÃO PREENCHIDO SUPLENTE: NÃO PREENCHIDO

SUPLENTE: NÃO PREENCHIDO

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CADES

TITULAR: ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI

SUPLENTE: GEORGE DOI

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

TITULAR: SINESIO GOBBO

SUPLENTE: ALEXANDRE GEROLAMO DE ALMEIDA CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO — CMH

TITULAR: ADELCKE ROSSETTO NETO

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO

TITULAR: ELISABETE FRANÇA

SUPLENTE: MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC
Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100
3113 7786 | cmpu@prefeitura.sp.gov.br

1-100 Página 21 de 22

Huk

Ah-



SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

TITULAR: RICARDO GUILERME DE ARAÚJO SUPLENTE: DIRCEU RIOJI YAMAZAKI

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

TITULAR: GIL KUCHEMBUCK SCATENA

SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

TITULAR: LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES SUPLENTE: MARISTELA APARECIDA HESPANHOL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PALO - CIGABC

TITULAR: CLÁUDIA VIRGÍNIA CABRAL DE SOUZA

SUPLENTE: SANDRA TEIXEIRA MALVESE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD

TITULAR: CLÓVIS DA SILVA PINTO SUPLENTE: MARCOS DE SOUZA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI - CIMBAJU

TITULAR: ALTAIR GONÇALVES DAMASCENO SUPLENTE: BONFÍLIO ALVES FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESE METROPOLITANA DE SP-CIOESTE

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: ANTONIO SILVESTRE LETTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ-CONDEMAT

TITULAR: MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI SUPLENTE: AUDREY RODRIGUES DE OLIVEIRA

ML

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC
Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100
3113 7786 | cmpu@prefextura.sp.gov.br
Página

Página 22 de 22